

## ANÁLISE DA FASUBRA SOBRE O PANORAMA DOS ATAQUES À EDUCAÇÃO

A FASUBRA - Federação dos Sindicatos do(a)s Técnico(a)s Administrativo(a)s em Educação - parabeniza o povo brasileiro, em especial à classe trabalhadora, pela extraordinária vitória da democracia sobre o neofascismo.

A vitória de Luís Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin, Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, respectivamente, representa para o mundo a vitória da civilização ante à barbárie. Não tenhamos nenhuma dúvida de que o mundo amanheceu no dia 31 de outubro com a certeza de que a extrema direita sofreu um duro golpe no seu projeto de destruição global da democracia.

Lula/Alckmin representam o rechaço do povo brasileiro ao desenvolvimento que estava em curso, durante a gestão do atual governo, de um regime político de cultuação à morte. A vitória de Lula é a afirmação da democracia.

Os quatro anos de governo Bolsonaro se transformaram em verdadeira guerra contra a Ciência e a Tecnologia, em especial às instituições públicas de ensino superior. Guerra que foi produzida pelas políticas ideológicas de extrema-direita que levaram à criação das escolas sem partido, cívico-militares, parceria com igrejas pentecostais, cujo orçamento foi triplicado e levou à multiplicação do projeto de educação à distância.

O Ministério da Educação - MEC, neste período de governo, trocou os ministros por cinco vezes (Vélez, Weintraub, Decotelli, Milton Ribeiro e Gody) cada qual com seu projeto pessoal, mas em comum trazem como marca a descaracterização do papel e a importância do ensino público superior e por consequência a tentativa de entrega para a iniciativa privada. **Para tanto, o desmonte passou por:**

- Durante o governo Bolsonaro ocorreram quatro bloqueios no orçamento das Universidades. Além disso, o custeio das universidades federais caiu de 8,1 bilhões, em 2019, para R\$ 4,4 bilhões, em 2022 e as verbas de investimento 50% entre 2019 e 2022, chegando a apenas R\$ 97,5 milhões em setembro deste ano. Já para 2023 o atual governo não reservou verbas, o investimento é o menor dos últimos dez anos e os cortes em 2022 já se aproximam de R\$ 736,3 milhões;
- Fake News criadas por ex-ministros com Weintraub e Vélez, sobre a dinâmica, autonomia e vida sócio/cultural das instituições;
- Tentativa de cobrança de mensalidades através do projeto 206/2019 que tramita no Congresso;



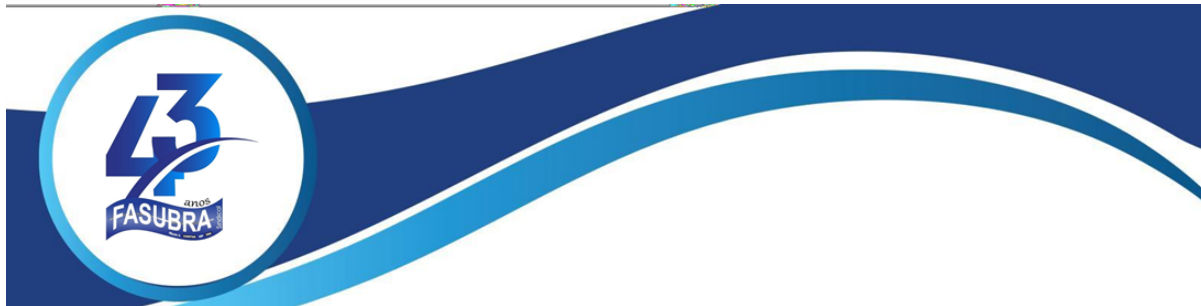
- Perseguições aos docentes e aos técnico-administrativos, através da MP 746, conhecida como lei da mordaza;
- Denúncias de dirigentes das instituições ao ministério público de desvio verbas que levou a morte do ex-reitor de Santa Catarina e a tentativa de outros reitores;
- Nomeação de reitores interventores indicados pelo MEC, desrespeitando a lista tríplice para escolha de dirigentes. Hoje já atinge o número de 22 intervenções;
- Criação do projeto FUTURE-SE - a privatização do ensino superior;
- Diversas Instruções Normativas e Decretos que atingem os trabalhadores das Universidades. Exemplo: INs 01, 02, 65 e o decreto 10620;
- Fim dos concursos públicos levando à defasagem do quadro de técnico-administrativos.
- Além do impacto da EC 95, que impôs o teto dos gastos para as áreas prioritárias, como a educação superior.

O projeto do atual governo não avançou mais devido à resistência dos movimentos internos das instituições, capitaneados por entidades sindicais e estudantis, como **FASUBRA, ANDES, SINASEFE e UNE**; Além disso, as mobilizações nas ruas como o Tsunami da Educação foram de fundamental importância para que trabalhadores e estudantes conseguissem levar à população a denúncia do processo de Corrupção no MEC e do então ministro Milton Ribeiro. O ministério estava sendo frequentado por pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, evangélicos que intermediaram a liberação de recursos para prefeituras de aliados políticos.

Temos plena convicção de que a Frente Ampla, no plano da institucionalidade, carrega consigo tarefa similar na medida em que o novo Governo tem como missão histórica a reconstrução da democracia em nosso país, passando pelo fortalecimento das instituições republicanas.

A expectativa é de que o novo Governo dê a musculatura necessária a estas mesmas instituições para que a própria democracia tenha poderes suficientes para rechaçar iniciativas neofascistas e que nunca mais tenhamos que conviver com o genocídio como política de Estado.

Ao parabenizar o povo brasileiro e o novo Governo, nos oportunizamos para dizer que esta Federação lutará com todas as suas forças para garantir a tarefa histórica de democratizar o Brasil, mobilizando nossa categoria para recuperar as Instituições Federais de Ensino no plano da democratização das IFE.



Nesse sentido, apresentamos à esta Comissão de Transição uma breve leitura do último período e nos colocamos a disposição para o diálogo nessa fase e solicitamos a abertura da mesa de negociação, a partir de 1ª de janeiro de 2023, para que possamos estabelecer os pontos cruciais e imediatos para recuperação destas Instituições. E como ponto imediato, e na perspectiva da democracia, o levantamento e revogação de toda a legislação autoritária que viola a autonomia universitária - prevista na Constituição Cidadã de 1988. Para além desta imediata medida democrática, propomos:

1) Respeito à democracia nas instituições de ensino

- Fim das Intervenções nas Instituições Federais de Ensino, com a nomeação do(a) mais votado(a)s pela comunidade acadêmica nas instituições, garantindo a autonomia universitária;
- Imediata recomposição orçamentária necessária para o pleno funcionamento das IFE;

2) Valorização do trabalho técnico e administrativo em educação com a recomposição da carreira dos técnico-administrativos em educação; nomeação dos membros da comissão nacional de carreira,

- Revogação/Revisão as Instruções Normativas que atingem os técnicos administrativos e Decretos como 10620/21;
- Recomposição do quadro de técnico-administrativos com a abertura imediata de concurso público;
- Manter a paridade entre os trabalhadores ativos e aposentados;

3) O imediato debate sobre o retorno da gestão dos Hospitais Universitários para o controle das Universidades, permitindo assim a plena democracia expressa na autonomia universitária.

- Fim da EBSEH, com a revogação da Lei nº 12550/11 que criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – a partir da revisão do contrato com as universidades. a EBSEH é uma via direta de privatização da saúde, com destaque para os impactos no ensino, pesquisa e extensão dos hospitais universitários;



- 4) Criação de uma mesa permanente de negociação entre a FASUBRA e o MEC para debater a pauta específica dos técnicos administrativos das Instituições superiores;